

AMBIENTES/TERRITÓRIOS COMUNICATIVOS: RELAÇÕES ECOLÓGICAS E POLÍTICAS ENTRE CERRADO E AMAZÔNIA

Breno Trindade da Silva  

Universidade Federal de Minas Gerais | Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil

submissão: 29/01/2024 | aprovação: 26/01/2025

RESUMO

A discussão aqui apresentada tem como base as pesquisas que venho desenvolvendo no Norte de Minas Gerais desde 2018, junto à Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais, bem como os debates realizados na XIV Conferência da Sociedade para a Antropologia das Terras Baixas da América do Sul (SALSA). Ao longo das décadas de 1970 e 1980, populações indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais deixaram de ser vistos como “entraves ao desenvolvimento” para se tornarem agentes privilegiados, à medida que seus conhecimentos passaram a ser associados à preservação ambiental. Nesse contexto, destacam-se os povos amazônicos como importantes protagonistas na arena sociopolítica nacional. Observa-se que muitos desses grupos, coletivos e comunidades têm na interação com o ambiente seu principal mecanismo de construção epistêmica. Contudo, em diferentes níveis, tais realidades são atravessadas por conflitos ambientais que desestabilizam essa relação. Diante dessas tensões, redes políticas são acionadas em distintos níveis, com o objetivo de criar mecanismos de resistência por meio de “alianças afetivas”, que, segundo Ailton Krenak, pressupõem relações estruturadas por afetos entre mundos não iguais. Assim, busco abordar as relações entre o Cerrado e a Amazônia, não apenas do ponto de vista ambiental, mas, principalmente, a partir dos processos ecológicos e políticos que estruturaram o atual contexto dos grupos sociais do Norte de Minas Gerais, os quais passaram a se autorreconhecer por meio da categoria de povos tradicionais.

Palavras-chave: Povos e comunidades tradicionais, Ecologia, Confluência, Conflitos ambientais.

COMMUNICATIVE ENVIRONMENTS/TERRITORIES: ECOLOGICAL AND POLITICAL RELATIONS BETWEEN THE CERRADO AND THE AMAZON

ABSTRACT

The discussion presented here is based on research I have been conducting in Northern Minas Gerais since 2018, in collaboration with the Rosalino Gomes Network of Traditional Peoples, as well as on debates held at the XIV Conference of the Society for the Anthropology of Lowland South America (SALSA). Throughout the 1970s and 1980s, Indigenous, quilombola, and other traditional populations transitioned from being seen as “obstacles to development” to becoming privileged agents, as their knowledge came to be associated with environmental conservation. In this context, Amazonian peoples stand out as important protagonists in the national sociopolitical arena. It is observed that many of these groups, collectives, and communities rely on their interaction with the environment

AMBIENTES/TERRITORIOS COMUNICATIVOS: RELACIONES ECOLÓGICAS Y POLÍTICAS ENTRE EL CERRADO Y LA AMAZONÍA

RESUMEN

Esta discusión se basa en investigaciones que vengo desarrollando en el norte de Minas Gerais desde 2018, junto con la Articulación Rosalino Gomes de Pueblos Tradicionales, así como en los debates realizados durante la XIV Conferencia de la Sociedad para la Antropología de las Tierras Bajas de América del Sur (SALSA). A lo largo de las décadas de 1970 y 1980, las poblaciones indígenas, quilombolas y otros pueblos tradicionales dejaron de ser vistos como “obstáculos para el desarrollo” para convertirse en agentes privilegiados, a medida que sus conocimientos estuvieron asociados con la preservación ambiental. En este contexto, destacan los pueblos amazónicos como importantes protagonistas en la arena sociopolítica nacional. Se observa que muchos de estos grupos, colectivos y comunidades tienen

as their main epistemic construction mechanism. However, at various levels, these realities are intersected by environmental conflicts that destabilize this relationship. Faced with these tensions, political networks are mobilized at different levels with the aim of creating mechanisms of resistance through “affective alliances,” which, according to Ailton Krenak, are grounded in relationships structured by affections between non-identical worlds. Thus, I seek to address the relations between the Cerrado and the Amazon, not only from an environmental perspective but, above all, through the ecological and political processes that have shaped the current context of the social groups in Northern Minas Gerais, who have come to self-identify under the category of traditional peoples.

Keywords: Traditional peoples and communities, Ecology, Confluence, Environmental conflicts.

en su interacción con el entorno su principal mecanismo de construcción epistémica. Sin embargo, en diferentes niveles, estas realidades están atravesadas por conflictos ambientales que desestabilizan esta relación. Frente a estas tensiones, se activan redes políticas en distintos niveles con el objetivo de crear mecanismos de resistencia mediante “alianzas afectivas”, que, según Ailton Krenak, suponen relaciones estructuradas por afectos entre mundos no iguales. Así, busco abordar las relaciones entre el Cerrado y la Amazonía, no solo desde el punto de vista ambiental, sino, sobre todo, a partir de los procesos ecológicos y políticos que han estructurado el contexto actual de los grupos sociales del norte de Minas Gerais, que han comenzado a autorreconocerse bajo la categoría de pueblos tradicionales.

Palabras clave: Pueblos y comunidades tradicionales, Ecología, Confluencia, Conflictos ambientales.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, populações indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais passaram de “entraves ao desenvolvimento” para agentes de primeira linha quando seu conhecimento começa a ser associado à conservação ambiental (Cunha & Almeida 2009). Nesse contexto, destacam-se os povos amazônicos como importantes protagonistas nessa arena sociopolítica. No entanto, a “crise ecológica” vivida por diferentes segmentos identitários nas últimas décadas possui uma dimensão marcadamente política e ideológica/existencial e não se reduz, necessariamente, à denominada “questão ecológica” que caracteriza a sociedade abrangente (Almeida 1989: 5). Mas, como problematizou Bruce Albert (1995), não existe discurso político eficiente para os grupos indígenas, e em nosso caso podemos estender para outros segmentos tradicionais, fora do registro ambiental. “Só nele podem rebater a negação produtivista de seus adversários e, ao mesmo tempo, se esforçar em traduzir sua própria alteridade nos termos do indigenismo ambientalista de seus defensores – ideologicamente simpático, embora culturalmente equivocados” (Albert 1995: 19). Indígenas e demais povos tradicionais têm na interação com seu ambiente seu principal mecanismo de construção ontológico. Eckart Boege et al. (2008),

ao trabalhar com povos camponeses e indígenas no México, argumentam que tais agrupamentos socioculturais, ao longo dos séculos, por meio de manejos e relações ecológicas profundas, coevoluíram com os ecossistemas, selecionando e manejando plantas ou animais, e pesquisando outros, de maneira a construir um complexo biocultural das “gentes dos ecossistemas”.

Todavia, essas realidades são atravessadas por conflitos ambientais que desestabilizam tal relação ecológica. Frente a essas tensões, redes políticas são acionadas em diferentes níveis com a finalidade de novos mecanismos de resistência por meio de “alianças afetivas”, que, segundo Ailton Krenak (2022), pressupõe alianças estruturadas por meio de afetos entre mundos não iguais. Nesse sentido, os conflitos gerados pelas contradições do próprio sistema de produção hegemônico fazem fluir focos de resistência que “ao afluírem nas diversas formas de organização, tendem a se confluírem, formando um fluxo social, condição preliminar para viabilização do curso histórico da luta de classes” (Santos 2015: 126).

Soma-se a isso o fato de que a racionalidade que trata os complexos biomas, como o Cerrado e a Amazônia, o faz mais a partir de suas separações e menos por meio de suas confluências, nos termos de Santos (2015). Como consequência, percebemos a implementação de políticas públicas, estruturas

legais de proteção e exploração gestadas dentro de um Estado suicida. Como enfatizado por Malcom Ferdinand (2022), categorias operadas pelo sistema ocidental, tais como “planeta”, “natureza”, “meio ambiente”, escondem a diversidade de ecossistemas, de suas interações, dos lugares geográficos e dos não humanos que os constituem, silenciando e invisibilizando outras formas de existência.

A relação entre Amazônia e Cerrado vem ocorrendo, inclusive, em decorrência da produção científica que passa a associar conhecimento indígena (interpretado em muitos sentidos como tradicional) no contexto de proteção, conservação, luta pela terra (Albert 1995; Cunha & Almeida 2009). Parte dessa cosmovisão ocorre pelas possibilidades que a concepção tradicional de alteridade ontológica e social passa a ser incorporada em outros contextos não amazônicos.

Sendo a Amazônia e o Cerrado os dois maiores biomas do Brasil, ocupando juntos mais de 73% do território nacional¹, há pelo menos 12 mil anos esses biomas converteram-se em espaços construídos por meio de teias de relações entre aqueles que os habitam (Barbosa & Schmitz 1998;

Descola 1997; Neves 2022). No entanto, o Cerrado perde sua vegetação nativa cerca de cinco vezes mais rápido que a Amazônia, estando entre os ecossistemas mais ameaçados do planeta, segundo dados do *Relatório Anual do Desmatamento no Brasil* (MAPBiomias, 2023)². A principal causa de desmatamento no Cerrado é a expansão do agronegócio sobre a vegetação nativa.

Desde 2018, quando iniciei os trabalhos de campo junto as comunidades veredeiras do Norte de Minas Gerais, no contexto de pesquisa para doutoramento, na Universidade de Brasília, venho tendo oportunidade de compreender as formas organizativas e as alianças estabelecidas a nível regional, estadual, nacional e internacional no que tange à defesa do Cerrado. Na ocasião, tive a oportunidade de acompanhar a participação de vereadores, geraizeiros e vazanteiros nas reuniões do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, entre 2018 e 2019. Desde então venho atuando como pesquisador e no assessoramento técnico com a rede de povos tradicionais que abrange as regiões Norte e Alto Jequitinhonha, no estado de Minas Gerais, que passaram a se

1 Os dados podem ser consultados em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/territorio/18307-biomas-brasileiros.html>. Acesso em: 12 jan. 2025.

2 Os dois maiores biomas do Brasil – Amazônia e Cerrado – somam mais de 85% da área total desmatada no país. No entanto, pela primeira vez desde o início da série do MapBiomias Alerta, em 2019, o Cerrado ultrapassou a Amazônia em termos de área desmatada. Em 2023, o Cerrado correspondeu a 61% da área desmatada em todo o país e a Amazônia por 25%. Foram 1.110.326 hectares desmatados no Cerrado, em 2023, um crescimento de 68% em relação a 2022. Quase todo o desmatamento do país (97%) teve a expansão agropecuária como vetor (MapBiomias 2024).

mobilizarem por meio da Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais. Fato que chamou atenção desde o início refere-se que, dentro das estratégias de defesa do Cerrado, a Amazônia aparece, muitas vezes, como contraponto a nível de preservação, políticas públicas, organizações sociais e até mesmo como modelo de bioma reconhecido a nível internacional.

Sendo assim, a discussão que pretendo apresentar é fruto das referidas pesquisas que venho desenvolvendo desde 2018 e dos debates realizados no simpósio Articulando Estado, antropologia, ambiente e natureza em territórios quilombolas, beiradeiros e ribeirinhos, realizado na XIV Conferência da Sociedade para a Antropologia das Terras Baixas da América do Sul (SALSA). No que se refere às informações apresentadas sobre o contexto amazônico, realizei revisão bibliográfica com foco nas ações governamentais implementadas nas últimas décadas e na mobilização de grupos sociais cuja agenda se vincula à defesa de seus territórios por meio de um discurso ecologizado (Albert 1995).

Desse modo, neste texto objetivo abordar as relações entre o Cerrado e Amazônia, não só do ponto de vista ambiental, mas a partir dos processos ecológicos e políticos que estruturaram o atual contexto dos grupos sociais que passaram a se autorreconhecerem a partir da categoria “povos tradicionais”.

Do ponto a ser aqui discutido, as alianças estabelecidas entre povos amazônicos e os povos do Cerrado/Caatinga converteram mobilizações políticas em formas superiores de luta (Almeida 1989), ao mesmo tempo em que demonstram as continuidades e interseções políticas e ecológicas indicando processos comunicativos entre esses diferentes ambientes e grupos sociais. Ao longo da pesquisa de doutorado, passei a identificar elementos vinculados a uma ecologia de práticas (Stenger, 2021) que localiza tais grupos em uma rede sociopolítica que comunga determinados elementos e estratégias oriundas de diferentes experiências de luta e vínculos ambientais vivenciados ao longo das últimas décadas, muitos deles decorrentes de mobilizações amazônicas. Passei a perceber aquela forma de organização como práticas acumulativas de resistência que podem ser entendidas como criação e apropriação de mecanismos de luta, como retomadas articulações políticas para ocuparem espaços de representação, vinculação a redes políticas nacionais e internacionais, cujo objetivo principal é a luta por permanecer ou reconquistar o território.

Este texto encontra-se dividido em três partes. Inicialmente, busco associar os biomas Cerrado e Amazônia por meio das intervenções que se estruturam durante a ditadura empresarial-militar brasileira e se agravaram ao longo das décadas, de modo a destacar as interconexões ambientais entre esses biomas.

Na segunda parte busco evidenciar a influência que os movimentos amazônicos de indígenas e seringueiros, organizados na Aliança dos povos da floresta, influenciaram a agenda dos povos e comunidades tradicionais a nível nacional e como isso ocorreu no Norte de Minas Gerais por meio de uma transição de uma organização política de caráter sindical para uma organização política de caráter ecológico.

Na terceira parte, como continuidade da seção anterior, evidencio como as histórias de mobilização política, a partir do processo de ecológização dos movimentos sociais iniciado pelos povos tradicionais do Norte de Minas, se comunicam e fazem os biomas se comunicarem politicamente a partir do estabelecimento de vínculos e origem presumida com os grupos indígenas da região. Trata-se da positivação de categorias como caboclos e catrumanos, acionando elementos legitimadores da profundidade dos vínculos com o lugar³.

2. DOMÍNIO, DEVASTAÇÃO E INTERDEPENDÊNCIA ENTRE CERRADO E AMAZÔNIA

Ao longo das últimas décadas, a Amazônia foi eleita como último rincão de conservação ambiental

a nível mundial, sendo que tal perspectiva pode ser associada como meios de uma nova inserção do Brasil na expansão capitalista contemporânea (Albert 1995; Cunha & Almeida 2009; Thaler 2017). No entanto, para localizar a Amazônia como espaço privilegiado para proteção/domínio também é necessário levar em consideração sua relação com o Cerrado, principalmente em relação às atuais formas de exploração e devastação. Não à toa a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) operou na implementação de ações para povoamento da região utilizando incentivos fiscais tendo como modelo a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene (Oliveira 1994).

Ambos os biomas foram palco da implementação de modelos de desenvolvimento no contexto da ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1985) edificado sob critérios exógenos, econométricos, pouco éticos e muito menos ecológicos. Enquanto a expansão econômica da Amazônia brasileira teve megaprojetos de impacto, como o Programa Grande Carajás, as Usinas Hidrelétricas de Tucuruí e de Balbina, a abertura da Transamazônica e a construção da Zona Franca de Manaus; no Cerrado, atravessado pelas concepções de combate à

³ Tomo como base a crítica estabelecida por Arturo Escobar (2005) que irá definir lugar como experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa. Nesta perspectiva, o lugar continua sendo importante como fator de pertencimento e construção de vínculos sociais na vida da maioria das pessoas.

seca⁴, outros diversos programas passaram a ser executados no mesmo período, dentre eles, o PROTERRA, de 1971, Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste; o Programa Distritos Florestais, de 1974, instaurado em regiões de Cerrado para ocupar áreas do Estado consideradas inproveitadas de modo a usufruir dos incentivos dos programas federais; o Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET), criado em 1974 para financiar programas de reflorestamento, turismo e pesca; o Programa Pró-Várzea, cuja produção era voltada para exploração de áreas de várzea, nascedouros de igarapés e rios com brejos/chavascais e veredas/buritizais; o Projeto de Irrigação Jaíba, responsável pela irrigação de uma área de 18.586 hectares entre os municípios de Jaíba, Matias Cardoso e Verdelândia, localizados no Médio São Francisco, considerado o maior perímetro irrigado em área contínua da América Latina (Silva 2023). Trata-se de ações sistemáticas operadas pelo Estado brasileiro e inseridas na alçada de projetos de “desenvolvimento” para modernização da agricultura e obras de infraestrutura que tinham, entre seus objetivos, a ocupação do interior do país e a exploração de recursos ambientais.

Oliveira (1994) argumenta que na Amazônia a Reconquista, do mesmo modo que a Conquista,

oriunda da colonização portuguesa, partiu do mesmo pressuposto de descobrimento, em que descobrir significou revelar o desconhecido, o sem nome, sem forma e sem sujeitos. Por meio dessa perspectiva, ao Conquistador é ofertado todos os direitos: o que descobre é seu, ele lhe dá os nomes, o conforma e é o sujeito da descoberta, pois revela o que não existia. A proposta de “integrar para não entregar” passou a ser o componente da doutrina mais ampla da “intervenção interna” realizada pelo Estado autoritário brasileiro (Oliveira 1994: 86). De forma correlata, isso também pode ser colocado quando tratamos de Cerrado/Sertão. Argumenta Ricardo Ribeiro (2006) que o termo “sertão” trata de uma corruptela de “desertão”, espaço sem gente, de natureza inóspita, rústico. Ao refletir sobre as classificações desse ambiente ao longo da história, o autor argumenta que “desertar é apenas uma forma de deserdar seus habitantes, esvaziar é uma estratégia histórica para justificar a dominação: o que não é de ninguém pode ser meu, precisa e deve ser apropriado por alguém de mérito”. Trata-se de justificar as estruturas de dominação do colonizador sobre a nova realidade com que ele se depara. Para o autor, o Cerrado e a Caatinga são construídos historicamente como ambientes desertados, passam a ser compreendidos como sendo uma natureza

4 Sobre a implementação de políticas públicas voltadas para o combate à seca e desenvolvimento de tecnologias de convivência com o semiárido, ver: Silva (2006) e Moreira (2018).

menor, “mais que um desafio, uma ameaça a ser vencida, transformada à imagem e semelhança do universo civilizado” (Ribeiro 2006: 6).

Nesse sentido, seja pela forma de (re) conquista daquilo que deve ser dominado, seja pela complementariedade dessa exploração por meio das intervenções internas que se estruturam durante a ditadura empresarial-militar brasileira e se agravaram ao longo das décadas, Amazônia e Cerrado devem ser percebidos interconectadamente, inclusive, pelas próprias relações das taxas de preservação e desmatamento, pois a preservação da Amazônia está em alguma medida vinculada ao alto índice de degradação do Cerrado (Aubertin & Pinton 2013).

A mesma perspectiva nacional de modernização das décadas de 1950 e 1960, que atuou na Amazônia (Almeida 2012), se reapropriou do velho conceito de sertão como “vazio demográfico” e passou a definir as prioridades do Cerrado, entre elas a Revolução Verde, que buscou a diversificação da produção agrícola. Iniciada na região Sul do Brasil na década de 1960, teve como espaço privilegiado de implantação o Cerrado (Silva 1982). Para isso, fez desse bioma seu principal laboratório de experimento tecnológico e de produção, onde por meio do entendimento de vazios demográficos passou-se a ignorar qualquer forma de ocupação pré-existente ou as

peculiaridades dos diversificados ecossistemas. Contou-se com a facilidade de mecanização nas áreas planas de chapadas e a garantia de preços competitivos no mercado internacional. Tal estratégia foi legitimada, em grande medida, pelo falso entendimento de que esse bioma seria menos frágil que os demais, ou seja, tinha como característica a capacidade natural de se recuperar quando extremamente degradado (Pessôa 2020; Porto-Gonçalves 2019; Silva 1999; Via Campesina 2004). O argumento foi reafirmado por uma série de acadêmicos da época, entre eles, Mário Guimarães Ferri, renomado estudioso da ecologia dos Cerrados e quem sustentou tal argumento:

Os ecossistemas do Cerrado são, sem dúvida, menos frágeis que os da Amazônia. Melhor, pois, começar a exploração agropecuária no Cerrado. Enquanto isso, podem-se desenvolver pesquisas que nos ensinem como utilizar de modo racional a Amazônia, sem que ela venha a sofrer os mesmos riscos de hoje. Assim, poderemos usufruir de suas riquezas e ao mesmo tempo preservar, para as gerações futuras, esse inestimável patrimônio que nos legou a Natureza (Ferri 1977: 55).

Para facilitar o ingresso desses novos empreendimentos, o Estado passou a definir metas diferenciadas para as zonas de seca. Com esse fim, por meio da Lei Federal n.º 1649 de 1952 foi criado o Banco do Nordeste, com o objetivo de atuar no Polígono das Secas, designação

essa dada ao perímetro do território brasileiro atingido periodicamente por prolongados períodos de estiagem. No ano de 1968 teve sua atuação ampliada passando a abranger estados da região Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), além do Norte de Minas Gerais (incluindo os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha) e o Norte do Espírito Santo. Já em 1959, por meio da Lei n.º 3.692, foi instituída a Sudene para possibilitar a intervenção do Estado no Nordeste, com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento na região.

Nesse contexto, nas regiões Norte e Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, com objetivo de aproveitamento econômico daquelas terras consideradas ociosas, foi instalado o projeto Distritos Florestais, que objetivava a implementação de grandes maciços florestais de eucalipto para fomento da indústria siderúrgica do estado. Por meio de uma série de resoluções aprovadas pelo Congresso Nacional, em 1976, o Senado autorizou a alienação de grandes áreas do Cerrado. Essas ações atingiram a quantia de *1.118.000 hectares* de terras devolutas, que foram cedidas às empresas para exploração com contratos de arrendamentos provisórios que podiam variar de 20 a 30 anos (Chaves & Ribeiro 2014: 323). Foi em decorrência dessa exploração e de seus efeitos não

planejados (Tsing 2019) a origem de grande parte dos conflitos territoriais a nível regional e das perturbações ambientais vivenciadas hoje.

Sobre este aspecto, entre 2018 e 2019, por meio da cartografia social, realizada entre um dos segmentos identitários do Norte de Minas Gerais, as comunidades veredeiras, e do cruzamento com a base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente aos “Recursos Hídricos do Brasil”, foi possível localizar um total de 127 cursos d’água que compõem uma complexa rede hídrica a nível local (Silva, 2023). Grande parte desses córregos, veredas e ribeirões fazem parte das bacias dos rios Pardo e Pandeiros, importantes afluentes do rio São Francisco. Esse levantamento foi classificado pelos veredeiros e colaboradores como “Obituário das Águas”, pois, em sua grande maioria, não mais existem enquanto cursos d’água, tamanha a degradação sofrida, seja por danos diretos e indiretos desde o início da implementação de projetos de desenvolvimento na região. Aqueles que ainda não secaram completamente, em períodos de estiagem, já não correm mais. A área hachurada, localizada entre os rios Pardo e Pandeiros, é uma parcela do total explorado por duas empresas e compreende um montante de 80.000 hectares que foram profundamente degradados pelos correntões, pelo carvoejamento e implementação de poços artesanais.

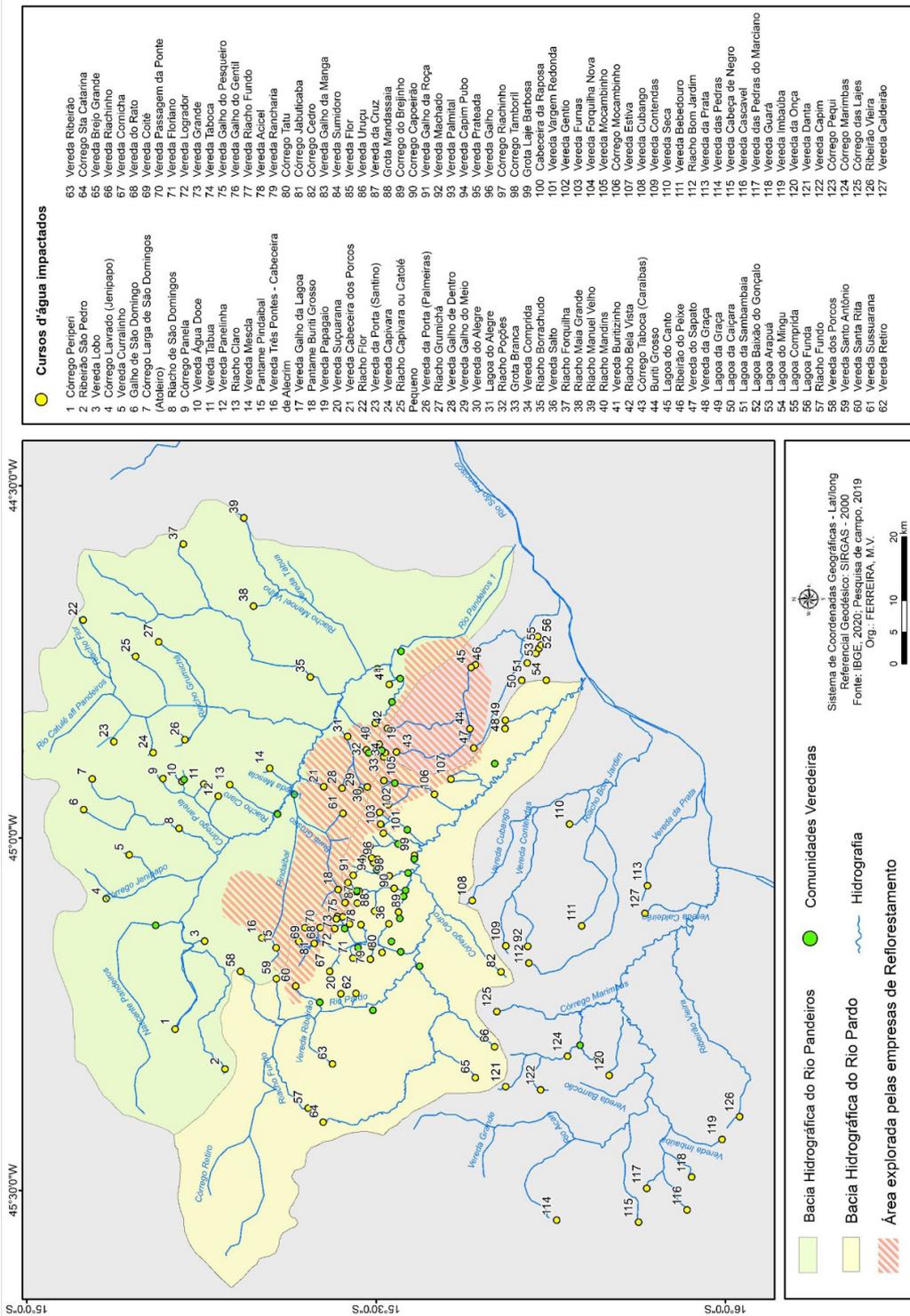


Figura 1: Obituário das águas. Silva (2023).

Desse modo, por ter sido convertido em uma das principais áreas de exploração desde os tempos coloniais ou mesmo por ter sido percebido como sertão (desertão), o Cerrado parece ter ficado de fora das perspectivas de natureza e exuberância que outras áreas “naturais” ou “selvagens” do Brasil acabaram gozando. Destaca-se nesse contexto a importância que o Cerrado desempenhou enquanto fronteira para proteção da Amazônia. Nesse sentido, podemos citar a iniciativa conhecida como Moratória da Soja; pacto firmado em 2006 pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC) que se comprometeram a não comercializar soja proveniente do desmatamento da Amazônia. Grandes empresas do setor passaram a concentrar a expansão de suas produções no Cerrado, fazendo com que o agronegócio e o poder público revestissem a produção agroindustrial com ações baseadas na responsabilidade ambiental, associada à adesão às tecnologias verdes. Segundo Catherine Aubertin e Florence Pinton (2013), tal perspectiva escamoteia o discurso de preservação da Amazônia e produz um verniz da sustentabilidade às custas da degradação do Cerrado. A Constituição de 1988, apesar de dedicar um capítulo importante à questão ambiental, ignorou o Cerrado, ao mesmo tempo em que reconheceu a Amazônia, o Pantanal

e a Mata Atlântica como patrimônio nacional. Em seu artigo 225, da forma como está redigido, define como patrimônios nacionais a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira do Brasil.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais (Brasil 1988).

Alçados ao status de patrimônio cultural a nível constitucional, tais biomas recebem tratamento diferenciado de proteção diante do Cerrado brasileiro.

Além de retórica global focada na proteção da Floresta Amazônica, esforços federais na região durante o terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), somados à expansão do agronegócio, ao desenvolvimento de infraestrutura para essa produção, à baixa proteção legal, formaram a tempestade perfeita que externaliza o contraste nos dados de destruição desses biomas e que, de alguma forma, aponta para o desencadeamento de um episódio de extinção de importância global.

De acordo com o Código Florestal (Lei de Proteção da Vegetação Nativa –12.651/2012), as propriedades rurais em áreas de florestas em qualquer estado da Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão) devem preservar, no mínimo, 80% de sua vegetação, sendo os 20% restantes podendo ser desmatados. Caso o produtor ultrapasse esse valor, o desmate é considerado ilegal. Por sua vez, nas áreas de Cerrado localizadas dentro da Amazônia Legal, deve-se preservar, no mínimo, 35% de sua vegetação. Para as áreas rurais fora da Amazônia Legal, não importando o tipo de bioma, faz-se necessária a preservação de, no mínimo, 20% de sua vegetação.

Como demonstrado por Gregory Thaler (2017), desde 2004 a Amazônia brasileira tem reduzido significativamente o desmatamento anual e aumentado a produção agrícola. O autor analisa tal efeito por meio do conceito de *land sparing complex*, trata-se de estratégias de governança ambiental que associam atuação do Estado, terceiro setor e corporações que atuam na região em prol de maior eficácia a nível de conservação da floresta. Por meio da criação de áreas protegidas para conter a expansão agrícola, monitoramento e aplicação de sanções e regularização fundiária, que facilita o acesso a créditos agrícolas por meio de mecanismos

sustentáveis, busca conciliar conservação ambiental e desenvolvimento econômico.

Com base na estrutura legal dos biomas brasileiros, percebe-se o Cerrado como área inversamente protegida, quando comparado à Amazônia. Estima-se que 44,6% das áreas agrícolas do país estavam no Cerrado em 2018, segundo estudo do IBGE (2020). A excessiva exploração acumulada nas últimas décadas traz um quadro dramático para a questão ambiental a nível regional e, conseqüentemente, global.

Das 12 principais bacias hidrográficas do Brasil oito estão no Cerrado, sendo o bioma fundamental para o equilíbrio hidrológico do país. A dinâmica hídrica do Cerrado é responsável por cerca de 70% da água do rio São Francisco, 47% do rio Paraná, além de abastecer o rio Madeira, o Araguaia, o Tocantins, o Xingu e ser responsável pelo abastecimento de parte significativa do rio Amazonas. No entanto, estudos apontam que as bacias hidrográficas dependentes da dinâmica de abastecimento oriundas do Cerrado estão perdendo a capacidade de abastecer seus principais rios. Nas últimas décadas, 46% de sua cobertura original foi desmatada para dar lugar a plantações e pastagens. Tal degradação compromete serviços ecossistêmicos essenciais, como a regulação do clima e o abastecimento de água de diversas

regiões do país. Tais levantamentos indicaram que as mudanças no solo causaram uma redução de 10% na água reciclada anualmente para a atmosfera (evapotranspiração) e um aumento de 0,9°C na média da temperatura da superfície terrestre em todo o bioma, em comparação com a linha de base histórica sob a vegetação nativa (Strassburg et al. 2017).

Os efeitos não planejados (Tsing 2019) dos projetos que tiveram o sertão como principal laboratório para o desenvolvimento minero-agro-silvo-pastoril têm levado pesquisadores, como Altair Sales Barbosa⁵, a afirmarem que o Cerrado, como bioma, corre o risco de entrar em colapso devido ao decréscimo de sua capacidade regenerativa, tamanha a destruição de sua estrutura nativa perpetrada desde a década de 1950 e intensificada a partir de 1970 pela ditadura militar. Desse modo, observa-se um efeito cascata no comprometimento de sistemas inteiros, incluindo a Amazônia. Mesmo quando a exploração já não mais ocorre localmente, como em várias áreas do Norte de Minas, observa-se ainda os desdobramentos dessa exploração por décadas, com o secamento de ribeirões, nascentes, rios e veredas, influenciando até os lençóis freáticos (Silva 2023).

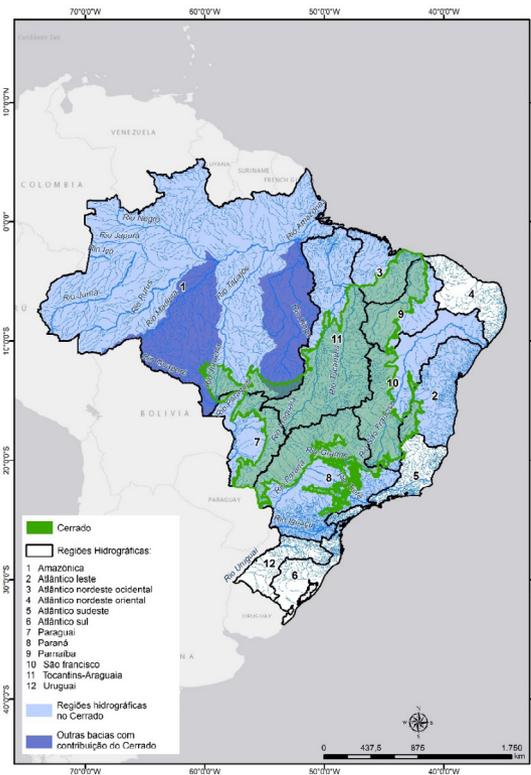


Figura 1: Relação das bacias hidrográficas entre Amazônia e Cerrado.

Autores: Breno Trindade da Silva e Matheus Vinicius Ferreira.

Altair Sales Barbosa (1995) destaca, a partir de abordagens biogeográficas, que, em decorrência da sua posição geográfica, de sua flora, fauna e geomorfologia, dos seus chapadões centrais, o Cerrado se constitui como ponto de equilíbrio para os demais biomas brasileiros, uma vez que se conecta, através de corredores hidrográficos, com esses e com outros domínios continentais. Demonstra também que a principal característica

5 G1. (2023, 15 de setembro). Crise no Cerrado: projeções indicam devastação ambiental e risco de extinção total até 2064. G1 Meio Ambiente. <https://www.g1.com.br/meioambiente/crise-no-cerrado-extincao-2064>.

da sua biocenose⁶ é a interdependência dos componentes com os diversos ecossistemas fronteiriços. Fator importante nessa perspectiva é a possibilidade de pensar os biomas não como áreas isoladas, mas como complexos interdependentes que mantêm redes para a existência um do outro, não só em relação às dinâmicas não humanas, como também em relação a processos de antropização ou teias de relações multiespécies. Em relação a essa perspectiva, o geraizeiro Braulino Caetano, uma das principais lideranças nacionais do Cerrado, sempre comenta que “o Cerrado é o bioma mais comunicativo do Brasil”, pois é o único que está em contato com todos os demais. Essa metáfora, apesar de simples, traduz importante compreensão sobre a relação de interconexão dos biomas a nível continental.

3. POVOS DA FLORESTA E POVOS DO CERRADO: CONTINUIDADES POLÍTICAS E FLUXOS ECOLÓGICOS

Compreendo que, se defendemos uma maior atenção à interdependência dos ambientes, devemos perceber como importantes agentes desses processos de interconexão os próprios grupos sociais que, por meio de articulações ecológicas e políticas, são o melhor exemplo dessas continuidades. Categoria essencial para esse

entendimento é a de “populações residentes/povos/comunidades tradicionais” cuja historicidade e implicações no debate político, acadêmico e institucional já foi largamente discutida durante as décadas de 1990 e 2000 (Almeida 2008; Arruda 1999; Barretto Filho 2006; Cunha & Almeida 2009; Diegues 2008; Little 2002). No entanto, ao nos debruçarmos sobre ela, podemos perceber fluxos e processos ambientais e políticos que nos levam a compreender importantes relações entre os ambientes aqui em análise e os grupos sociais que os habitam.

Se de um lado o debate sobre povos e comunidades tradicionais pode ser localizado tendo origem no reconhecimento da existência de “estilos de vida tradicionais” no âmbito do conservacionismo internacional e a permanência ou não de grupos em áreas de conservação ambiental (Barreto Filho 2006), por outro, em se tratando de Brasil, as origens do conceito de população tradicional misturam-se com o surgimento das Reservas Extrativistas (Resex), via aliança política firmada entre seringueiros e indígenas (Torres et al. 2012). Mais precisamente, partem de uma aliança essencialmente política firmada entre seringueiros e indígenas, que se alinhavam ante inimigos comuns, numa mesma

⁶ Trata-se da associação equilibrada de animais e vegetais dentro de um mesmo biótopo.

identidade política, designando-se, então, “povos da floresta”.

Rompendo com a invisibilidade a que estavam relegados, e forjando alianças também por meio de uma apropriação do discurso da conservação ambiental, esses grupos logram o reconhecimento do Estado na forma de uma política pública que viria a se consolidar com as Resex, hoje definidas, de acordo com a Lei 9.985, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)⁷ (Torres et al. 2012: 151).

Como já apontado por Cunha e Almeida (2009), as mobilizações indígenas da década de 1970 e 1980 foram tomadas como referência pelos seringueiros do Acre, responsáveis pelas primeiras mobilizações que levaram à criação das reservas extrativistas. Nesse contexto, observa-se a mudança de perspectiva ocorrida em relação às populações tradicionais da Amazônia que passam de “entraves ao desenvolvimento”, até a década de 1970, para se converterem como principais exemplos de práticas associadas à conservação ambiental. Nessa conjuntura, os povos indígenas se constituíram como agentes privilegiados, pois, de grupos desprezados e perseguidos, transformaram-se em modelos para os demais povos amazônicos não indígenas e posteriormente para os demais

grupos que passam a acionar a categoria “povos e comunidades tradicionais”. Vale ressaltar que o modelo de reserva extrativista forjado a partir da aliança entre seringueiros e indígenas amazônicos vem sendo utilizado nas últimas décadas como mecanismo institucional para reconhecimento de territórios tradicionais em outras regiões, como no próprio Cerrado (Dayrell 2019).

Se, de um lado, segmentos do campesinato e extrativistas passavam a se vincular à categoria “populações tradicionais”, buscando se legitimar a uma possível herança indígena associada aos conhecimentos ecológicos que os remeteriam a um dado ambiente, por outro, esses mesmos grupos, inseridos em contextos de conflitos localizados, passam a formar alianças mais amplas organizando formas autônomas caracterizadas como “novos movimentos sociais” que trouxeram, a partir de 1980, outra camada de complexidade ao contexto político e ambiental a nível nacional.

Tais movimentações ganharam forte impulso no início de 1989, apontado por Almeida (2008) como “o tempo dos primeiros encontros”. Trata-se do momento em que se intensificaram os preparativos para planos de luta pensados

7 Destaca Almeida (2008) que a Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225 da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, menciona explicitamente as denominadas “populações tradicionais” (art. 17) ou “populações extrativistas tradicionais” (art. 18) e focaliza a relação entre elas e as unidades de conservação (área de proteção ambiental, floresta nacional, reserva extrativista, reserva de desenvolvimento sustentável).

a nível nacional tidos como “forma superior de luta”, objetivando maior universalização do localizado. Essas formas organizativas se ampliaram para além da região amazônica e, guardada as particularidades de cada contexto político, converteram em formas pedagógicas de mobilização social, servindo como espaço de aprendizado para outros indivíduos ou grupos de variadas regiões que, uma vez em contato, passavam a estabelecer estratégias semelhantes no seu contexto específico de conflitos ambientais.

Nesse sentido, destaca Daniel Munduruku (2012) o “caráter educativo que o movimento indígena” teve nas últimas décadas não só para os próprios indígenas, mas também para aqueles outros povos que passaram a estabelecer vínculos e alianças com eles. Demonstra o autor como a articulação política iniciada pelos grupos indígenas por meio de assembleias promovidas pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e outros agentes da sociedade civil, teve importância fundamental na “tomada de consciência” vinculada ao processo de apoderamento de mecanismos e instrumental teóricos ocidentais (Munduruku 2012: 210-211). Nas assembleias apontadas pelo autor, a partir de 1974, ou nos “primeiros encontros”, destacados por Almeida (1989), iniciou-se uma série de formas de organização política que passaram a

ser adotadas e replicadas em outras instâncias, desembocando em uma pedagogia política que culminou em novas possibilidades de mobilização e qualificação de lideranças e coletivos em diferentes níveis e regiões.

Podemos localizar nas estratégias políticas protagonizadas por indígenas e seringueiros na Amazônia uma certa continuidade no método baseado em assembleias e encontros que têm como foco aumentar a capacidade de luta e articulação dos grupos envolvidos, possibilitando assim o fortalecimento ou a criação de uma solidariedade coletiva, compartilhamento de problemas, novas estratégias para a construção de caminhos alternativos àqueles historicamente vividos pelas comunidades. Problemas locais passam a ser compreendidos como problemas em escala nacional e internacional, compartilhados por muitos outros coletivos. Desse modo, as relações entre os ambientes, no caso Amazônia e Cerrado, também podem ser percebidas por meio das construções políticas entre os grupos vinculados a cada bioma específico.

Ao acompanhar o contexto vivenciado na região Norte de Minas Gerais, Dayrell (2019) observa que, em decorrência da promulgação da Constituição de 1988, houve um processo de reposicionamento das lutas pela terra desencadeadas por diferentes movimentos; de um lado, o Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Liga dos Camponeses Pobres (LCP), por outro, o debate socioambiental que emerge das experiências adquiridas a partir de alianças e ativismo junto aos movimentos ambientais em instâncias como encontros nacionais e internacionais. Ambos os processos tiveram desdobramentos diretos em diferentes regiões no que toca à emergência de lutas pelo território. Entre as articulações que insurgem desse cenário, destaca-se a luta dos Xakriabá, seguida pelas reivindicações das comunidades quilombolas, geraizeiras, vazanteiras, apanhadoras de flores, veredeiras, catingueiras e, mais recentemente, as comunidades vacarianas. Trata-se de distintos grupos que, ao longo das últimas três décadas, devido a uma série de processos políticos passaram a se organizar e se apresentar como “povos”.

Algumas mudanças ocorridas na ação de organizações da sociedade civil, entre elas o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM) que, dentro de sua proposta de apoio às associações de pequenos produtores rurais do Norte de Minas Gerais, acaba incorporando elementos da agroecologia e debates socioambientais nos quais, cada vez mais, a perspectiva ecológica passa

a guiar suas ações. Sobre esse aspecto, chama atenção que, no Norte de Minas, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e o movimento sindical atuavam junto aos trabalhadores rurais e passavam a interagir em outros espaços com movimentos culturais locais e ecológicos que se faziam críticos à intensa degradação ambiental promovida pelos grandes projetos agropecuários e florestais, nos quais o desmatamento do Cerrado era a principal preocupação.

Por meio dessa articulação foi possível a participação de importantes lideranças do Norte de Minas no Fórum Global da ECO 92⁸, com o principal propósito de promover uma ação articulada com outros pares, objetivando retirar os cerrados e seus povos da invisibilidade ante as sociedades nacional e internacional e pautar sua importância junto a outros biomas. Sobre esse aspecto, Silva (2009) chama atenção para o silenciamento sobre o Cerrado brasileiro, pois mesmo sendo a savana mais rica em biodiversidade do planeta, ainda é apresentado como um espaço a ser incorporado pela grande produção agroindustrial de exportação. Aponta o autor que o imaginário da vegetação rala, de árvores tortas, sem beleza, sem utilidade e sem valor intrínseco – seja social, econômico ou ecológico,

8 O Fórum Global foi um grande encontro da sociedade civil global que ocorreu paralelamente à Conferência da ONU no Rio de Janeiro. Dayrell (2019) aponta como representantes, Braulino Caetano dos Santos, João Batista de Almeida Costa, Aline Mendonça e Carlos Eduardo Mazzeto Silva.

continua predominante. Esse olhar percebe o Cerrado distante do status ecológico das florestas Amazônica e Atlântica, além de não possuir os atrativos turísticos do Pantanal, os três grandes biomas brasileiros reconhecidos como Patrimônio Nacional.

Silva (1999) mostra que, desde o preparatório para a ECO 92, várias entidades estavam reunidas debatendo os problemas oriundos da degradação do Cerrado e pensando em formas alternativas de desenvolvimento que revertissem a lógica dominante que havia transformado o bioma em extensas áreas para monocultura e exportação de *commodities*. Esse debate teve como desdobramento, no Fórum Global da Eco 92, o primeiro documento oriundo dessa articulação, o “Tratado dos Cerrados”, que foi a base para posterior estruturação da Rede Cerrado – articulação da sociedade civil, em nível nacional, em torno da defesa do Cerrado e de seus povos – que à época passou a contar com financiamento do Fórum Nacional do Japão (Silva 2009: 209).

As novas perspectivas que passam a incidir sobre o universo local trazem uma visão integradora adotada pela agroecologia, na qual “paisagens e agroecossistemas são construídas a partir de processos coevolutivos homem-natureza, nas interações entre os sistemas biológicos e culturais,

cada qual pressionando seletivamente o outro” (Dayrell 2019: 105). Segundo Dayrell (2019), foi por meio do enfoque etnoecológico da agroecologia que se tornou possível compreender uma “outra ecologia” desenvolvida pelas populações locais, em um processo secular. Com a incorporação da perspectiva socioambiental, as pautas relativas à defesa do Cerrado e das águas passaram a nortear as ações de importantes entidades locais. A conjunção desses atores e organizações aponta para a transição de uma organização política de caráter sindical para uma organização política de caráter ecológico, pois pauta suas ações a partir de um olhar socioambiental oriunda, em grande medida, de articulações iniciadas na própria Amazônia e a luta dos “Povos da Floresta”. Destaca-se aqui as contribuições de Carlos Walter Porto-Gonçalves, professor da Universidade Federal Fluminense, e sua crítica à noção de desenvolvimento.

Ele nos apresentou as bases filosóficas que permeavam a noção de desenvolvimento, uma ação do capital que promovia a negação ou a ruptura do envolvimento (desenvolvimento) das pessoas com o lugar. Ele também nos apresentou o pensamento de Chico Mendes, um dos principais defensores da Amazônia a partir da “Aliança dos Povos da Floresta” e que tinha sido recentemente assassinado, e a concepção dos extrativistas de convivência com a floresta (Dayrell 2019: 95).

9 Disponível em: <https://redecerrado.org.br/tratado-dos-cerrados/>.

Por meio de uma série de encontros, nos quais se articulavam os diferentes agentes vinculados à Rede Cerrado, foi criada a Articulação dos Agroextrativistas dos Cerrados. Esse espaço passou a congregiar variadas organizações vinculadas à defesa do bioma, assim como várias comunidades que naquele momento se autodenominavam agroextrativistas e atualmente povos tradicionais, entre elas os geraizeiros do Norte de Minas Gerais, que passavam a ter incidência a nível nacional.

Em novembro de 2002, em decorrência do encontro realizado no município de João Lisboa, no estado do Maranhão, a Articulação dos Agroextrativistas dos Cerrados publicou a “Carta do Maranhão”¹⁰. O documento pode ser considerado um dos marcos da organização de grupos e comunidades que passaram a se reconhecer enquanto povos do Cerrado por analogia aos povos da floresta amazônicas, entidade criada durante a luta dos seringueiros e consagrada à Cúpula da Terra de 1992 (Aubertin & Pinton 2013)¹¹. A carta contou com a participação das quebradeiras de coco babaçu, vazanteiros, indígenas Kaiowá-Guarani, ribeirinhos, geraizeiros, assentados,

organizações de base e entidades de apoio dos estados do Maranhão, Goiás, Piauí, Minas Gerais, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Nele os vários grupos reivindicavam maior atenção do poder público ao Cerrado e aos povos que dele dependem, assim como marcavam seus posicionamentos políticos a partir das relações territoriais estabelecidas com esse ambiente:

O Cerrado tem sido um bioma esquecido no debate, nas ações e políticas ambientais bastando lembrar que sequer é considerado Patrimônio Nacional pela Constituição Federal, ao contrário do Pantanal, da Mata Atlântica e da Floresta Amazônica. Entretanto, o valor dado às regiões ocupadas pelos Cerrados está no centro da política econômica com o avanço destruidor do agronegócio (agrobusiness) globalizado com as monoculturas de exportação, dos transgênicos, da grande criação de gado [...]

Hoje, nossas populações se encontram literalmente encurraladas pela apropriação das chapadas pelos latifúndios produtivos do agronegócio que não só concentram poder e riqueza como, ao usar irresponsavelmente a irrigação, estão contribuindo para desperdiçar a água trazendo diretamente como consequência o secamento de rios, córregos e lagoas, inviabilizando as práticas agrícolas de agricultores nos fundos de vale.

Estamos, pois, diante do confronto de dois modelos de uso dos recursos naturais nos Cerrados:

10 “Carta do Maranhão”, também conhecida como “Carta dos Povos do Cerrado”, lançada em 22 de novembro de 2002 em João Lisboa (MA).

11 Ponderam os autores que, enquanto os grupos organizados sob o nome de “povos da floresta” têm conseguido se integrar em torno dos laços muito fortes que unem formas de vida e conservação da floresta, os povos do Cerrado encontram dificuldade em estabelecer iniciativas locais de grande escala que possam reunir as pessoas do Cerrado em torno de uma narrativa comum (Aubertin & Pinton 2013).

1- o dos Povos dos Cerrados, que maneja os recursos naturais conservando a biodiversidade e a água, fundamentais não só para nós como para toda a humanidade e o planeta, que sabe que a sobrevivência de todos e de cada um depende da conservação da fertilidade natural da terra e;

2- o do Agronegócio, que beneficia poucos, sendo que a maioria sequer habita a região e que, exatamente por isso, não respeita os lugares, sua natureza e sua cultura e coloca em risco todo esse patrimônio natural e cultural.

A “Carta do Maranhão” trouxe algumas das principais bases que estruturaram o debate e a articulação política dos grupos que passaram a se identificar enquanto povos e comunidades tradicionais ao longo das últimas décadas. A constatação do Cerrado como o bioma mais agredido pelos projetos agroindustriais, implementados durante o regime militar e intensificados ao longo dos anos; a reivindicação do reconhecimento da existência e contribuição secular dos diversos povos que habitam esse bioma; e a constatação do confronto entre duas perspectivas de mundo antagônicas em sua relação com o Cerrado são fatores fundamentais observados entre aquelas comunidades que passam a compor essa rede posteriormente. Talvez seja a primeira vez que a categoria “guardiões das águas”

surja de forma objetivada entre os movimentos sociais de comunidades que habitam o Cerrado. Tal mote se tornou, mais tarde, expressão de força na bandeira dos movimentos do Norte de Minas Gerais, em especial no Movimento Veredeiro¹², demonstrando a constante reelaboração que se faz devido às dinâmicas internas que associam a organização do movimento com os variados biomas que passam a integrar a própria construção simbólica da articulação política.

4. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E A RESSIGNIFICAÇÃO IDENTITÁRIA A PARTIR DE VÍNCULOS INDÍGENAS

Arturo Escobar (2010) destaca que, em resposta aos riscos perpetrados pelas frentes de desenvolvimento, diferentes movimentos sociais emergem acionando amplas redes em defesa do lugar:

[...] la gente se moviliza en contra de los aspectos destructivos de la globalización desde la perspectiva de lo que ellos han sido y de lo que son en el presente: sujetos históricos de culturas, economías y ecologías particulares; productores particulares de conocimiento; individuos y colectividades comprometidos con el juego de vivir en paisajes y con los otros de manera específica. (Escobar 2010: 23).

12 O povo veredeiro do Norte de Minas Gerais é um conjunto de comunidades localizadas nos municípios de Januária, Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, São Francisco e Cônego Marinho que desde 2017 passaram a reivindicar seus direitos como povos tradicionais. Possuem como principal referencial identitário a relação secular construída a partir das dinâmicas das águas junto aos ecossistemas de veredas. Para maiores informações, ver Silva (2023).

Por sua vez, Mauro Almeida (2007), ao tratar sobre a crise dos estudos de campesinato, entendido como “paradigma de uma época”, argumenta que foi através dessas investigações sobre culturas camponesas que houve o acúmulo de conhecimento sobre peculiaridades linguísticas, religiosas, tecnológicas e sociais, que evidenciaram variações do modo de falar e regras de propriedade, e constituíram-se como arma política para a reivindicação de direitos fundiários, jurídicos, educacionais e de outros dos quais muitos desses grupos sociais são desprovidos. Para o autor, a relação entre cultura e terra tornou-se arma para que muitos grupos, antes invisibilizados pelas próprias abordagens do campesinato, pudessem utilizar essa associação para se defenderem contra relações de poder abusivas. Nesse sentido, a onda ambiental que recai sobre tais grupos no contexto brasileiro se encontra com outras correntes políticas latentes, como a própria reivindicação de uma reforma agrária (Almeida 2007: 159).

Ao discutir esses novos nominalismos¹³, que surgem com as transformações dos estudos de campesinato, Mauro Almeida argumenta que

a situacionalidade desses contextos, por se tratar de “identidades progressivamente menos substantivadas e fragmentadas, acaba por levar a novos movimentos sociais mobilizados por identidades-em-devir, dessubstancializadas e diaspORIZADAS” (Almeida 2007: 176). Aponta ainda o autor que os problemas vivenciados localmente possuem vínculos e desdobramentos globais. Tratando-se de problemas que dizem respeito a paisagens como mares, florestas, savanas, rios e aqueles que os disputam – moradores “tradicionais”, agências do Estado, megaempresas –, bem como as consequências dessas disputas para o futuro. É nesse cenário que avalio o contexto de emergência identitária em processo no Norte de Minas Gerais.

No contexto de mobilização política para composição da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)¹⁴, iniciou-se uma série de encontros no Norte de Minas, dentre eles o I Encontro Regional dos Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas, ocorrido em Montes Claros, em agosto de 2011. No evento foi decidido que a Comissão Regional

13 Sobre a categoria em questão, Mauro Almeida (2007: 174) argumenta que “as antropologias nominalistas se orgulham em desconstruir seus camponeses, reclassificando-os como pescadores e fazendo antropologias de mar, de lagos, de mangues. E, em lugar de camponeses, há agora quilombolas, babaçueiras, geraizeiros, faxinalenses”.

14 A Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais foi criada pelo Decreto de 13 de julho de 2006, sendo sua atribuição coordenar a implementação da Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Em 2016 a Comissão foi elevada à categoria de Conselho pelo Decreto nº. 8.750, de 9 de maio de 2016.

deveria se estruturar em forma de uma articulação entre os diferentes povos que a compunham, contando com o apoio da rede sociotécnica de colaboradores¹⁵. Tomando como base a luta Xakriabá e a chacina do cacique Rosalino Gomes¹⁶, a organização regional passou a se denominar enquanto Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais, entendendo que a luta indígena tinha a capacidade de síntese dos variados contextos de conflitos vivenciados a nível regional. Composta por oito segmentos identitários – geraizeiros, vazanteiros, apanhadores de flores, veredeiros, indígenas Xakriabá e Tuxá, comunidades quilombolas, caatingueiros e vacarianos – a Articulação Rosalino tem, dentre suas estratégias de luta, a autodemarcação de territórios, retomadas e articulação política a nível regional.

Sobre esse aspecto, é importante notar que os eventos organizados pela Articulação Rosalino têm buscado incidir não só politicamente apoiando lutas de seus membros, mas também no sentido de possibilitar reapropriação dos territórios, conjuntamente com a reelaboração simbólica e ressignificações das narrativas dominantes. Dentre as ações já realizadas, destacam-se aquelas ocorridas em áreas historicamente ocupadas por grupos indígenas, como o caso do município de Matias Cardoso, fundado em 1720 e que tem sua origem com a ocupação das terras dos últimos remanescentes Kaiapó do rio São Francisco, em 1664, pelo bandeirante Mathias Cardoso de Almeida, seu principal algoz. Trata-se de disputas não somente de caráter fundiário, mas também simbólicas de identificação e reescrita da própria história, no e do lugar.

15 Integram a rede sociotécnica de colaboração entidades como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento Articulado dos Sindicatos de Trabalhadores do Alto Rio Pardo (MASTRO), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Federação das Associações Quilombolas de Minas Gerais (N'Golo), Escola Família Agrícola (EFA), Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA-Unimontes), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFJVM), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Cerrado (EMBRAPA Cerrado), Rede Cerrado e Centro Nacional de Recursos Genéticos (CENARGEN). Outras organizações são parceiras, estabelecendo diálogos e contribuindo para articulações diversas, como: o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), integrantes da Superintendência do Patrimônio da União em Minas Gerais (SPU-MG), do Ministério Público Federal (MPF), da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais do Ministério Público de Minas Gerais (CIMOS-MP-MG), a Comissão de Direitos Humanos, a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), entre outras. Para uma discussão detalhada sobre a configuração da rede sociotécnica estruturada no Norte de Minas Gerais, ver Dayrell et al (2011).

16 Em 12 de fevereiro de 1987, 15 homens armados comandados por Francisco de Assis Amaro, conhecido grileiro de terras do Norte de Minas Gerais, invadiram a aldeia Sapé e atacaram a casa do líder Xakriabá, Rosalino Gomes, assassinando também José Pereira Santana e Manoel Fiúza da Silva. A Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais, organização representante dos povos tradicionais do Norte de Minas, foi assim nomeada em homenagem às lideranças xakriabá assassinadas naquilo que ficou conhecido como o Massacre Xakriabá.

Como importante referência dentro desse processo de nova organização social, orientada por identidades vinculadas a um pertencimento político-ambiental, estão os Xakriabá. Trata-se de indígenas impactados pelas frentes de colonização do século XVII que se estabeleceram em terras “doadas” pelo Mestre de Campo Januário Cardoso. Em 1817, Saint-Hilaire se refere aos índios aldeados em São João das Missões como *xicriabás*, alegando que haviam se fundido com negros e mestiços. Afirmava que, por não serem “índios puros”, a lei não lhes concedia o direito de serem julgados pelos seus. Destaca ainda que outros visitantes da Missão se referem aos índios lá aldeados como “cayapós” e “acroás” (Santos 1997: 13-17).

Considerados extintos no início do século XX, ressurgiram no Norte de Minas Gerais na década de 1960 e iniciaram o processo de reconhecimento de sua indianidade e a retomada de parte de seu território¹⁷. Para Mônica Nogueira (2017), os Xakriabá constituem, para o Norte de Minas, “um testemunho vivo da profundidade histórica da ocupação do Cerrado, protagonizada pelos povos Jê” (Nogueira 2017: 37). No entanto, menos evidentes, outras experiências vinculadas ao processo histórico do encontro entre os

distintos mundos de colonizadores e indígenas evidenciam a formação dos demais grupos que habitam o que hoje denominamos Norte de Minas e Jequitinhonha.

Nesse sentido, os relatos da fundação de povoados, como Brejo do Salgado e Januária, assim como tantos outros do Norte de Minas, trazem contornos que vinculam a atuação dos sertanistas e o domínio dos grupos indígenas da região. No entanto, a memória de um passado indígena está profundamente presente entre as famílias daquelas comunidades as quais hoje se encontram mobilizadas junto à Articulação Rosalino. Nos levantamentos genealógicos realizados entre 2018 e 2022 pelos trabalhos técnicos para fundamentação de denúncias de expropriação fundiária, identificou-se que mesmo sem localizar especificamente qual grupo indígena que, em algum momento, um parente antigo era descendente, muitas famílias rememoram seus antepassados de uma ou duas gerações ascendentes, os “bugres”. Eduardo Ribeiro (2010) argumenta que, posteriormente ao domínio e “já abasileirados”, esses indígenas ressurgiram na história local como *catrumanos*, espécie de Kaiapó abasileirados.

17 O pleito pelo reconhecimento enquanto indígenas pelo Estado ocorreu no contexto de disputa de terras, no qual a Ruralminas, órgão fundiário do Estado de Minas Gerais, deflagrou uma série de iniciativas vinculadas a projetos de desenvolvimento agrícola na região Norte e Jequitinhonha em meados de 1960. Tidas pelo Estado como “devolutas”, despertaram o interesse de grandes proprietários de terra locais. Sobre o tema ver Santos (1997) e Santos (2014).

Essa sociedade de agricultores livres, baseada em caiapós catrumанизados e lavradores de origem variada – inclusive quilombolas, que povoaram, sobretudo, a mata seca e as vazantes da margem esquerda do rio, terras livres, soltas e então consideradas piores –, foi a base produtiva da economia de Januária e a base social do recrutamento para os grupos armados. (Ribeiro 2010: 25).

Ao revisar historicamente a presença indígena na região Norte de Minas Gerais (Senna 1937), salta aos olhos a possibilidade de extinção ou assimilação de dezenas de grupos indígenas, inclusive aqueles que os memorialistas narram em suas obras, como o caso dos Kayapó de Guayba e Itapiraçaba. Sobre esse aspecto, José Maurício Arruti (1997), analisando as relações e vínculos entre grupos indígenas e comunidades negras/quilombolas, argumenta que os verbos “extinguir” e “destruir” foram os mais utilizados pelos poderes coloniais para se relacionarem com índios e negros. No século XIX, a extinção de aldeamentos era operada pelas Comissões de Demarcação de Terras Públicas, que foram criadas para operacionalizar as novas formas de apropriação territorial estabelecidas pela Lei de Terras de 1850. Desse modo, a ocupação dessas áreas, a reivindicação de territórios e a associação com um passado vinculado, em alguma medida, com uma indianidade devem ser sempre

percebidas a partir da experiência colonial e do processo de genocídio de grupos indígenas que, de uma forma ou de outra, fizeram parte da própria formação dessas comunidades tradicionais que, na história do lugar, ressurgem como *catrumanos* (Ribeiro 2010).

De etimologia *quadrúmano*, se refere àqueles que possuem quatro mãos, denominação que se aplicava a um grupo de mamíferos, os primatas, com exceção do homem, segundo dicionário Michaelis¹⁸. No sertão, aqueles denominados como *catrumanos* eram rejeitados até mesmo pelos sertanejos. No romance de João Guimarães Rosa (2019 [1956]), *Grande Sertão: Veredas*, até mesmo Riobaldo, quando incorpora a persona do Urutu-Branco – desumanizando-se para assumir o devir jagunço – parece sentir certo temor quando em seu caminho atravessa um bando de *catrumanos*, considerados ali como seres primitivos no seu modo de ser, na sua forma de se vestir e nos objetos que portam. Seres que não sabem nada de regras e leis, segundo o protagonista.

Dentro da complexa teia de significados e processos políticos que a Articulação Rosalino é criada, podemos localizar na incorporação de atributos de uma perspectiva ecológica legitimados por um pertencimento indígena, aos moldes do

18 Michaelis. (s.d.). *Quadrumano*. Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/quadrumano>

que se vivenciou no contexto amazônico décadas antes como estratégia frente a violência fundiária coronelista, contemporizada pela chegada de frentes de desenvolvimento que atualizaram as formas de expropriação da terra. Ponto de destaque nessa construção etnopolítica é a apropriação e positividade da categoria “caboclo” que passa a ser positivada e utilizada conjuntamente com a noção de “insurgentes nativos”.

No contexto amazônico, a categoria “caboclo” surge ao longo do processo de formação do segmento camponês, no contexto de uma estrutura social altamente hierarquizada, onde dentre os diferentes significados atribuídos aquele que predomina é no sentido pejorativo do termo, decorrente da representação negativa do indivíduo ou grupo que ocupa uma posição social inferior (Lima 1999). Do mesmo modo, Lygia Sigaud (1978) ao analisar a ideologia dos trabalhadores rurais nas *plantations* pernambucanas, marcadas pelo caráter antipatrão, identifica que “caboclo” é o termo utilizado pelos proprietários ao se dirigirem a um trabalhador, ou seja, ocorre também em uma relação altamente hierarquizada e sempre definindo o “Outro” por aquele que se encontra numa relação superior.

Para Lima (1999), o termo caboclo, reconhecido como uma pária na sociedade colonial amazônica, acaba por atribuir uma identidade que prende

o grupo e os sujeitos a uma imobilidade social, restringindo a possibilidade de emancipação. Pontua que, não à toa, os movimentos políticos vinculados à problemática ambiental passaram a se apresentar por meio da mobilização de novas identidades sociais, seja como Povos da Floresta, Populações Tradicionais, Pescadores Artesanais, ou Mulheres da Floresta, mas não como caboclos (Lima 1999: 27-28).

Contudo, no contexto de Minas Gerais vem se afirmando uma mobilização na qual aqueles grupos identitários, quando inseridos em contextos de conflitos ambientais ou próximos ao debate ambiental, passam a utilizar a categoria de nativos e/ou caboclos no sentido de legitimarem como “gentes do lugar” e pela relação estabelecida com seus ambientes, ao mesmo tempo que se coadunam na luta contra os brancos ou aqueles de fora, não pertencentes ao lugar. Para Dayrell (2019), a participação mais ativa do povo Xakriabá e, posteriormente, do Povo Tuxá, contribuiu como importante referência para os outros demais povos, no sentido de redefinir a forma em que o território e o ambiente são percebidos pelos outros povos. O contexto indígena parece influenciar, no sentido de reforçar os vínculos com a terra e legitimar as demais cosmovisões que passam a se comunicar, criando relações e pontes que se encontram em processos constantes de construção

política e identitária, visto que, em decorrência da experiência constante de expropriação e extermínio ao longo dos séculos, a história desses grupos passam a ser reescritas no presente a partir de referências próximas ou mesmo distantes, como os próprios movimentos amazônicos.

5. CONCLUSÃO

Em sua participação no simpósio Articulando Estado, antropologia, ambiente e natureza em territórios quilombolas, beiradeiros e ribeirinhos, realizado na XIV Conferência da Sociedade para a Antropologia das Terras Baixas da América do Sul (SALSA), Negô Bispo realizou fala provocativa, como sempre, tratando sobre outras possibilidades de compreendermos os complexos ambientes, como Cerrado, Caatinga, Amazônia, muito mais pelas suas continuidades socioambientais do que pelas suas diferenças ou fronteiras. Apontava o autor que o pensamento dicotômico, centrado na separação, acaba criando ilhas, rompendo diálogos, vínculos, contatos entre plantas, humanos e não humanos. Ignora os variados espaços/ecossistemas que perpassam grupos e indivíduos ao longo de sua experiência de vida e sociedade. Ao desconsiderar tais relações acabamos por operar políticas públicas, estruturas legais de proteção e exploração gestadas dentro de um Estado suicida, como tentei enfatizar na primeira seção do texto.

Ao compararmos o modelo de produção da paisagem entre indígena/grupos tradicionais e o Estado-empresarial brasileiro nos deparamos com perspectivas ontológicas diametralmente opostas. Nesse sentido, qualquer solução para a Amazônia no futuro deverá contemplar inevitavelmente a contribuição intelectual e a presença dos povos da floresta e, de acordo com nossa proposta, sua relação com o Cerrado. Tal compreensão já ocorre junto aos grupos tradicionais que mobilizam alianças afetivas diante de formas destrutivas de habitar a Terra, percebem os biomas não como ilhas, mas através de sua permeabilidade, como destacou Nêgo Bispo ou como enfatizado pelo geraizeiro Braulino Caetano, que entende o Cerrado como o bioma mais comunicativo do Brasil.

Foi por meio dessa inspiração e da experiência acumulada acompanhando a Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais do Norte de Minas que busquei analisar alguns dos processos que marcaram a trajetória e formação político-ambiental desse coletivo de povos e comunidades tradicionais. Tentei evidenciar as confluências que podem nos inspirar a compreender as interdependências ambientais, como no caso dos fluxos hídricos entre Cerrado e Amazônia e das continuidades e atravessamentos que os movimentos sociais amazônicos contribuíram não só para os próprios indígenas, mas também para

aqueles outros povos que passaram a estabelecer vínculos e alianças com eles. Trata-se de lançar luz sobre como os processos históricos de mobilização social confluem de modo a evidenciar as interconexões políticas dos próprios biomas.

Dentre essas continuidades, destaca-se que diante de uma história de colonização e hegemonização de perspectivas de mundo, centradas em formas de exploração capitalista, há a emergência de “formas superiores de luta” estruturadas por pertencimentos ecológicos profundamente arraigados. A experiência ecológica daqueles povos que estruturam sua identidade a partir das relações desenvolvidas com os seus ecossistemas (indígenas, ribeirinhos,

beradeiros, veredeiros, geraizeiros dentre tantos outros) apontam para possibilidades abertas ao imponderável, para outras forças e agentes atuarem, assim como sua experiência com seus locais de pertencimento e de produção.

Do mesmo modo que reconhecemos os resultados acumulados de práticas milenares que levaram biomas específicos a uma extensa agrobiodiversidade, devemos reconhecer também uma continuidade da prática política que se estrutura não numa única forma de organização, mas por meio de uma biodiversidade de arranjos políticos dispersos em redes interconectadas que, em articulação, apontam para outras possibilidades de mundo.

6. REFERÊNCIAS

Albert, Bruce. 1995. *O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza*. Série Antropologia, n. 174. Brasília, DF: UnB.

Almeida, Alfredo Wagner B. 1989. Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. *Revista Reforma Agrária*. 19(1): 4-17.

Almeida, Alfredo Wagner B. 2008. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum, in *Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*, pp. 25-131. Manaus: PGSCA; UFAM.

Almeida, Mauro W. B. 2007. Narrativas agrárias e a morte do campesinato. *RURIS*. 1(2): 157-188.

Almeida, Mauro William Barbosa de. 2012. Outros mapas. Conferência de encerramento no Seminário Outros Mapas: Cartografia e Pesquisa Social. Recife: Fundação Joaquim Nabuco.

Arruda, Rinaldo V. 1999. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *Ambiente & Sociedade*. 2(5): 79-92. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X1999000200007>

Arruti, José Maurício A. 2006. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru: Edusc.

Arruti, José Maurício A. 1997. A Emergência dos “Remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *MANA*. 3(2) 7-38.

Aubertin, Catherine e Pinton, Florence. 2013. L’invention du biome Cerrado. *Confins*. 17. <https://doi.org/10.4000/confins.8218>

Barbosa, Altair Sales. 1995 Peregrinos do Cerrado. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. 5: pp. 159-193. São Paulo.

Barbosa, Altair Sales e Schmitz, Pedro Ignácio. 1998. Ocupação indígena do cerrado: esboço de uma história, in *Cerrado: ambiente e flora*, pp. 47-67. Planaltina: EMBRAPA; CPAC.

Barretto Filho, Henyo Trindade. 2006. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção, in *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. Organizado por Adams, Cristina; Murrieta, Rui e Neves, Walter, pp. 109-143. São Paulo: FAPESP; Annablume.

Boege, Eckart et al. 2008. *El patrimonio biocultural de los pueblos indígenas de México: hacia la conservación in situ de la biodiversidad y agrodiversidad en los territorios indígenas*. México: Instituto Nacional de Antropología e Historia; Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas (INAH-CDI).

Brasil. 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*.

Brasília, DF: Senado Federal.

Brasil. 2012. *Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012*. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Brasília,

DF: Diário Oficial da União.

Chaves, Luiz Antônio e Ribeiro, Luiz Gustavo Gonçalves. 2014. Os atos ilícitos praticados no âmbito do reflorestamento no norte de Minas Gerais e Alto Jequitinhonha. *Revista Brasileira de Direito Ambiental*.

19(74): 317-339. <https://doi.org/10.18623/rvd.v11i21.425>

Cunha, Manuela Carneiro da e Almeida, Mauro W. B. 2009. Populações tradicionais e conservação ambiental, in *Cultura com aspas e outros ensaios*, pp. 277-300. São Paulo: Cosac Naify.

Dayrell, Carlos A. 2019. De nativos a caboclos: reconfiguração do poder de representação de comunidades que lutam pelo lugar. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Montes Claros, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Montes Claros.

Dayrell, Carlos A. et al. 2011. Redes sociotécnicas e modos de vida tradicionais: estratégias de fortalecimento da agrobiodiversidade pelo CAA-NM no Norte de Minas Gerais, in *Manejo sustentável da agrobiodiversidade nos biomas cerrado e caatinga com ênfase em comunidades rurais*. Organizado por Machado, Altair Toledo; Nass, Luciano Lourenço e Machado, Cynthia Torres de Toledo, pp. 145-168, Brasília, DF: Embrapa.

Descola, Philippe. 1997. Ecologia e cosmologia. in *Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Organizado por Castro, Edna e Pinton, Florence, pp. 243-261. Belém, PA: Editora Cejup.

Diegues, Antônio Carlos. 2008. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC.

Escobar, Arturo. 2005. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?, in *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Organizado por Lander, Edgardo, pp. 133-168. CLACSO; Consejo Latinoamericano de Ciencias. (Colección Sur Sur).

Escobar, Arturo. 2010. *Territorios de diferencia: lugar, movimientos, vida, redes*. Popayán: Envión.

Ferdinand, Malcom. 2022. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2020. *IBGE retrata cobertura natural dos biomas do país de 2000 a 2018*. Agência IBGE Notícias.

Krenak, Ailton. 2022. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras.

Lima, Deborah Magalhães. 1999. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos Cadernos NAEA*. 2(2): 5-32.

Little, Paul E. 2002. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da territorialidade. *Anuário Antropológico*. 28(1): 251-290.

MapBiomas. 2024. *RAD2023: Relatório Anual do Desmatamento no Brasil 2023*. São Paulo: MapBiomas.

Moreira, Gislene. 2018. *Sertões contemporâneos: rupturas e continuidades no semiárido*. Salvador: Eduneb; Edufba.

Munduruku, Daniel. 2012. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas.

Neves, Eduardo Goés. 2022. *Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central*. São Paulo: Ubu; Edusp.

Nogueira, Mônica. 2017. *Gerais a dentro a fora: identidade e territorialidade dos Gerazeiros do Norte de Minas Gerais*. Brasília, DF: Mil Folhas.

Oliveira, Francisco. 1994. A reconquista da Amazônia, in *A Amazônia e a crise da modernização*. Organizado por D'Incao, Maria Angela e Silveira, Isolda Maciel, pp. 67-74. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

Pessôa, Vera Lúcia Salazar. 2020. O paradoxo da Revolução Verde no cerrado. **Élisée**, *Revista de Geografia da UEG*. 9(2): 1-20.

Porto-Gonçalves, Carlos Walter. 2019. *Dos cerrados e de suas riquezas: de saberes vernaculares e de conhecimento científico*. Rio de Janeiro; Goiânia: FASE; CPT.

Ribeiro, Eduardo Magalhães. 2010. *História dos gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Ribeiro, Ricardo Ferreira. 2006. *Sertão, lugar desertado: o cerrado na cultura de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica.

Rosa, João Guimarães. 2019 [1956]. *Grande Sertão: veredas*. São Paulo: Companhia das Letras.

Santos, Antonio Bispo. 2015. *Colonização, quilombos: modos e significados*. Brasília, DF: INCTI; UnB.

Santos, Ana Flávia Moreira. 1997. Do terreno dos caboclos do Sr. São João à Terra Indígena Xakriabá: as circunstâncias da formação de um povo. Um estudo sobre a construção de fronteiras. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Brasília, DF.

Santos, Rafael Barbi Costa. 2014. Sobre cultura e segredo entre os Xakriabá de São João das Missões/MG. *Cadernos de Campo*. 23(23): 241-255. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v23i23p241-255>

Senna, Nelson Coelho de. 1937. Sobre Ethnographia Brasileira: Principaes povos selvagens que tiveram o seo “habitat” em territórios da Minas Geraes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. 25.

Sigaud, Lygia. 1978. A morte do caboclo: um exercício sobre sistemas classificatórios. *Boletim do Museu Nacional, Antropologia*. 30: 1-29.

Silva, Breno Trindade da. 2023. O tradicional como perspectiva de futuro: relações ecológicas e conflitos ambientais entre as comunidades veredeiras do Norte de Minas Gerais. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Brasília, DF.

Silva, Carlos Eduardo Mazzetto. 2009. *O cerrado em disputa: apropriação global e resistências locais*. Brasília: Confea.

Silva, Carlos Eduardo Mazzetto. 1999. Cerrados e camponeses no Norte de Minas: um estudo sobre a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações sertanejas. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociência, Belo Horizonte.

Silva, José Francisco Graziano da. 1982. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.

Silva, Roberto Marinho da. 2006. Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, DF.

Stenger, Isabelle. 2021. Notas introdutórias sobre uma ecologia de práticas. *Artecompostagem*. 21, 9-28.

Strassburg, Bernardo et al. 2017. Moment of truth for the cerrado hotspot. *Nature Ecology & Evolution*. 1(0099): 1-3. <https://doi.org/10.1038/s41559-017-0099>

Thaler, Gregory M. 2017. The land sparing complex: environmental governance, agricultural intensification, and state building in the Brazilian Amazon. *Annals of the American Association of Geographers*. 107(6): 1424-1443. <http://dx.doi.org/10.1080/24694452.2017.1309966>

Torres, Mauricio *et al.* 2012. Populações tradicionais, in *Floresta Nacional do Crepori: atividade de complementação ao censo e caracterização socioeconômica de seus ocupantes*. Coordenado por Torres, Mauricio, pp. 147-169. São Paulo: ICMBio.

Tsing, Anna. 2019. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília, DF: IEB; Mil Folhas.

Via Campesina do Brasil. 2004. *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Curitiba; Brasília, DF.